

Apresentação do Dossiê

A sociedade vista pelas gerações

*Janice Tirelli Ponte de Sousa**

O estudo das gerações é parte do conjunto das Sociologias especializadas, desdobradas em trabalhos considerados clássicos da Sociologia¹, ou presentes em reflexões teóricas de cientistas sociais que, em momentos de sua produção, discutem as questões sociais a partir do conceito de gerações². A juventude como tema de interesse, que adquiriu fôlego nos grupos de estudos universitários de diferentes áreas, após o final dos anos 1980, se identifica em parte com a tradição já assinalada acima e tem o seu diferencial na formação de um campo interdisciplinar, articulado mais sistematicamente para a intervenção teórica e prática. Aproxima pesquisadores junto aos interesses que dizem respeito à vida dos jovens para enfrentarem as grandes dificuldades advindas das relações sociais contemporâneas.

* Doutora. Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC e Coordenadora do Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea. Contato: janice@cfh.ufsc.br

1 Importantes trabalhos foram realizados no período de 1930 a meados de 1960 nos Estados Unidos e na América Latina e que têm na produção de Karl Mannheim, Samuel Eisenstadt e Marialice Foracchi os representantes de uma tradição nascente seguidos de outros autores conhecidos, aqui no Brasil, por meio da referencial coletânea organizada por Sulamita de Brito sob o título **Sociologia da Juventude** (4 vols.) editada em 1968. Segundo Maria Helena de Oliveira (2005), a ausência prematura da professora e pesquisadora Marialice Mencarini Foracchi na década de 1970 provocou uma lacuna irreversível na Sociologia voltada para o estudo das gerações, especialmente da juventude.

2 Autores como Otavio Ianni, Florestan Fernandes, Juergen Habermas, Georges Balandier, Pierre Bourdieu, entre outros.

A presente coletânea visa a contribuir com a perspectiva acima apontada. O título sob o qual está organizada – Juventudes, movimentos e contestações – sugere que estamos falando de jovens pertencentes a grupos dentro da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos de vida específicos; que participam de um destino comum, de idéias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento (MANNHEIM, 1982, p. 87-89). Os textos analisam as situações sociais que envolvem esta nova geração, refletindo criticamente sobre a necessidade de constituir-se uma teoria das gerações que dê conta da compreensão do conjunto complexo de questões da vida do jovem a partir do pressuposto de que ele é um ser com necessidade integrais.

Falarmos em juventudes implica pensarmos um conceito carregado de ambigüidades próprias da condição de uma geração, relativamente, entre a faixa etária dos 14 aos 25 anos, que vive um momento intenso, no qual ocorrem transformações bastante marcantes na sua consciência de indivíduo, modificações não apenas no conteúdo da experiência que vive, mas no seu ajuste mental e espiritual. Ser jovem é viver um “contato original” com a herança social e cultural, constituído não apenas por uma mudança social, mas por fatores biológicos. Este é um fator importante a ser considerado, porque esse novo contato assume uma tipologia de potencialidade – *é potencial* uma vez que, como novo participante no processo da cultura, a mudança de atitude ocorre diferentemente em cada um, fazendo com que a atitude em relação à herança transmitida por seus predecessores seja completamente nova (MANNHEIM, 1982, p. 75).

Os jovens portam, então, o peso e a ambigüidade de não terem como absorver, voluntária e completamente, o conjunto de conteúdos acumulados de sua cultura, que são o suporte para a estabilidade das gerações anteriores. Por outro lado, levam a vantagem de poder avaliar o “inventário cultural” disponível, que pode tanto ajudar a esquecer o que já não é mais útil quanto desejar o que ainda não foi conquistado.

Toquemos nas ambigüidades. Elas dimensionam-se individualmente e sob a influência de aspectos psicossociais, num percurso de (in)definições: busca identitária, tendência de estar em grupo, deslocamento constante de situações e vínculos, atitude de contestação e insatisfação sociais, intelectualização dos fatos, mudanças de humor, separação do universo familiar, questionamento de valores sociais, fatores que se desenvolvem em pleno vigor na adolescência. Superados alguns destes fatores, a continuidade das (in)definições se mantém como crise e conflitualidades provocadas na debilidade dos rituais de passagem, no descrédito dos lugares institucionais tradicionais que tornam mais difíceis as escolhas e definições dos jovens diante dos papéis a serem assumidos como projeto de vida adulta; diante das desigualdades sociais e das violências que para muitos está presente em suas próprias vidas; nas dificuldades do ingresso no mercado de trabalho, o que, para efeito de políticas sociais, vem sendo considerado o alargamento do grupo de 24-29 anos como pertencente ao grupo etário juvenil.

Mas se estes aspectos, de certa forma, conceituam as juventudes, porém, não permitem homogeneizá-las, como o faz proposital e ideologicamente a sociedade apoiada na sua indústria cultural. É preciso localizar a sua diversidade interna não nela própria, mas nas relações societárias que lhe dão as bases materiais e simbólicas de identificação social. Nesse sentido, outros aspectos têm sido considerados para a compreensão dos jovens contemporâneos, a saber, a vantagem etária sobre as demais gerações articuladas com a condição social que portam permitem o pleno gozo do signo social de ser jovem (MARGULIS e URRESTI, 1996). Porém, muito embora a experiência social seja adquirida sob relações distintas e, conseqüentemente, traduzida em códigos culturais influenciados tanto por questões geracionais quanto pelo lugar social, ela constitui-se, mesmo sob o globalismo, com singularidades (IANNI, 2004).

Pode ser oportuno, para subsidiar a contextualização do presente dossiê, lembrar a pertinência e a contemporaneidade de algumas considerações apresentadas por Karl Mannheim.

As gerações, o tempo e a experiência

Segundo Karl Mannheim (1982), uma boa maneira de avaliarmos quais aspectos da vida social resultam da existência de gerações é fazermos a experiência de imaginar o que seria da vida social do homem se uma geração vivesse para sempre e não se seguisse nenhuma outra para substituí-la.

Este raciocínio nos leva a observar alguns aspectos que, em qualquer forma assumida pela sociedade, estão presentes na vida social: sempre surgem novos participantes do processo cultural, enquanto outros participantes desse processo estão continuamente desaparecendo; os membros de qualquer uma das gerações apenas podem participar de uma seção temporalmente limitada e transmitir continuamente a herança cultural, e, ainda, a transição de uma para outra geração é um processo contínuo (MANNHEIM, 1982, p. 74). Poder-se-ia dizer que estas são condições estruturantes da relação dos indivíduos com a sociedade, que têm origem em fatores sociobiológicos, tomando o cuidado, também confessado pelo autor, para não cairmos na adoção de teorias naturalistas para explicar que os fenômenos sociológicos decorrem diretamente de fatores naturais.

O desenvolvimento destes aspectos observados da teoria das gerações auxilia a compreensão da juventude no contexto de uma sociabilidade constituída em seu grupo de referência e na sua relação com aquela sociabilidade já constituída.

A criação e a acumulação culturais nunca são realizadas pelos mesmos indivíduos, pois cada grupo entra de maneira diferente em contato com a herança cultural acumulada. Pela estrutura psíquica do ser humano, um “contato original” sempre significa um relacionamento modificado, um distanciamento em relação ao objeto e à assimilação, ao uso e ao desenvolvimento do que é oferecido. Os jovens são o grupo etário que têm um “contato original” com a vida social, o que vai se constituir em parte importante na sua vida, até quando ele é forçado pelos acontecimentos a abandonar o seu grupo social e a entrar em outro.

Na distinção entre memórias apropriadas e memórias adquiridas pessoalmente, o autor considera que a memória social é

absorvida pelas novas gerações como experiência vivida na primeira pessoa do singular, ao mesmo tempo em que está se realizando o contínuo desaparecimento de prévios participantes no processo da cultura (as gerações mais velhas). Ou seja, há uma dialética entre as gerações, quando o presente interage com o passado a um só tempo, preparando o “necessário” objetivo social de capacitar-nos ao esquecimento, tendo em vista que “[...] para a sociedade continuar a existir, a recordação social é tão importante quanto o esquecimento e a ação a partir do zero” (p. 78).

Vê-se que, então, a experiência é um elemento único e fundamental a balizar o processo de socialização dos jovens e da própria sociedade, como expressão atribuída pelos grupos sociais que dela fazem parte. Considerar este aspecto implica, portanto, compreender sem preconceitos os valores e as formas de expressão das novas gerações. Implica, também, a superação daquilo que Mannheim (1982) considera inibidor dos importantes contatos originais com a cultura, isto é, a prevalescência unilateral dos modos culturais das gerações anteriores. Para o autor, os contatos originais são centrais no processo de individuação e movimentam a dinâmica societária:

[...] que a experiência dependa da idade é, de muitas maneiras, uma vantagem. Que, por outro lado, falte experiência aos jovens significa um alívio do fardo para os jovens; pois facilita a vida deles num mundo em transformação. [...] Na juventude, por outro lado, onde a vida é nova, as forças formativas estão começando a existir, e as atitudes básicas em processo de desenvolvimento podem aproveitar o poder modelador de situações novas. Assim, uma raça humana vivendo eternamente teria que aprender a esquecer para compensar a inexistência de gerações novas. (MANNHEIM, 1982, p. 78)

A experiência dos jovens é tomada, então, como fator propulsor da dinâmica da sociedade, e muitas vezes constitui-se no canal de introdução de mudanças, o que faz com que a qualificação do termo seja imprescindível quando estamos tratando de uma realidade complexa, na qual as experiências acontecem de forma diversa e estratificada entre os membros de qualquer uma das gerações. Para Mannheim (1982, p. 81), as gerações partici-

pam, antes de tudo, somente de uma seção temporalmente limitada do processo histórico no qual estão “similarmente situada”; na medida em que todos estão expostos à mesma fase do processo coletivo, partilham das mesmas formas de manifestação. O fato de as pessoas nascerem ao mesmo tempo, ou seja, estarem vivendo sua juventude, maturidade e velhice, não quer dizer que partilham por si só uma similaridade de situação. O que cria uma situação comum é elas estarem numa posição para experienciar os mesmos acontecimentos e dados, etc.

Não é difícil perceber por que uma mesma contemporaneidade cronológica não pode, por si própria, produzir uma situação de geração comum. [...] Somente onde os contemporâneos estão definitivamente em posição de partilharem, como um grupo integrado, de certas experiências comuns podemos falar corretamente de similaridade de situação de uma geração. A mera contemporaneidade torna-se significativa sociologicamente apenas quando envolve também a participação nas mesmas circunstâncias históricas e sociais. (MANNHEIM, 1982, p. 80)

Um outro aspecto importante da abordagem feita pelo autor se refere à necessidade da transmissão constante da herança cultural. Nesse sentido, um fato constatável é que as crianças e os jovens, em comparação com os adultos, são sempre mais receptivos a novas influências, assimilação de novos hábitos e atitudes, muitas vezes fazendo-o de maneira radical e completa, porque a sua orientação primária, ou seja, seu contato original com a cultura é inteiramente diferente das gerações mais velhas. Isto explica por que, muitas vezes, enquanto os mais velhos estão empreendendo sentimentos e esforços no combate a algo pessoal ou, mesmo no mundo exterior, elegendo alguns adversários, para as pessoas mais jovens esse adversário pode ser simplesmente inexistente (MANNHEIM, 1978 p. 82).

O instigante desse processo que ocorre na relação entre jovens e adultos, analisado por Mannheim, se refere à transição ininterrupta das gerações, que permite que as gerações mais velhas se tornem cada vez mais “receptivas às influências das mais novas”, resultante da dialética entre elas a partir do caráter dinâmico, mutável da própria sociedade.

[...] se o processo social não envolvesse qualquer mudança de gerações, os novos impulsos que podem originar-se somente em organismos novos não poderiam ser refletidos de volta sobre os representantes da tradição; e se a transição entre as gerações não fosse contínua, essa ação recíproca não poderia ocorrer sem atrito (1982, p. 85).

A este último aspecto, com relação às novas gerações, Mannheim vincula uma perspectiva educativa, propondo que, a partir dessa interação entre gerações, podemos ver que uma educação ou instrução adequada dos jovens poderia ser dificultada por experiências diferentes da de seus professores, que elegeriam diferentes prioridades e “adversários”. Desse modo, diz o autor, com exceção das Ciências Exatas, o relacionamento professor-aluno não é entre dois representantes da “consciência em geral”, mas entre um possível centro subjetivo de orientação vital e um outro subsequente. Sua sugestão é criar um fator de compensação “[...] não apenas o professor educa o aluno, mas o aluno educa o professor. As gerações estão em estado de interação” (1982, p. 83).

O aspecto histórico da abordagem mannheimiana nos permite compreender, então, que os movimentos juvenis, tanto no âmbito da política quanto no da cultura, se compõem sempre da incontestável característica dos sujeitos que empreendem as ações, ou seja, da geração a que pertencem. Estar jovem num contexto movimentalista é constituir-se como sujeito favorecendo-se pela forma transitória que potencializa suas possibilidades e, por outro lado, traz para a relação o caráter experimental do “contato original” sob o qual dimensiona o seu aprendizado da vida social.

É nesse sentido que a ação juvenil autônoma com relação às instituições ou o acolhimento institucional da crítica dos seus membros mais novos permite que a conflituosidade emergja como experiência. Possibilita, ainda, a confirmação de que a absorção da cultura em todas as suas dimensões tem nos mais novos a única geração capaz de começar “a vida do zero”, “que pode rejuvenescer a sociedade” porque permite o surgimento de um “novo quadro de antecipações”.

Estas noções acima apresentadas nos ajudam a pensar por dentro a sociabilidade desenvolvida nas culturas juvenis, eviden-

ciar suas distinções e propriedades, e considerar que é na condição relacional vivida pelos jovens que os atributos levantados anteriormente se realizam. Relacional quando interagem com o grupo de pertencimento e quando interagem com os demais segmentos sociais mediados pelas estruturas e respectivas instituições que lhes conferem identidade. Este caráter relacional se torna visível quando recorremos à história e observamos aquelas juventudes que marcaram sua presença social de forma contestatória, em períodos bem definidos.

Urresti (2000), ao fazer um balanço histórico da presença social juvenil, argumenta que os fatos sociais, econômicos, culturais e estéticos nas últimas quatro décadas na América Latina permitem distinguir os significados das diferentes gerações de jovens contestadores. Considera, em consequência, que as juventudes não são suscetíveis de comparação, pois, ao viverem épocas históricas diferentes, têm definidos seus conflitos e vivência social de maneira também diferente. Mais que comparar gerações, segundo o autor, tem-se que comparar sociedades em que convivem gerações diferentes, ou seja, de forma ilustrativa haveria um equívoco na afirmação de que hoje os jovens sejam consumistas e os dos anos 1960 sejam politizados: “[...] nos anos sessenta era tão improvável ter-se afinidades alheias à política como hoje é o seu contrário, e isto não tem que ver só com os jovens” (URRESTI, 2000, p. 178).

Assim, uma Sociologia da juventude contemporânea tem o propósito de olhar a sociedade na perspectiva da juventude tomando como objeto central a sua sociabilidade, como um produto geracional diante das relações mais amplas, identificando-lhe as especificidades como grupo social, intimamente relacionada com o universo de preocupação com o mundo adulto e os sentidos da época histórica em questão.

Gerações: distanciamento de projetos

Vários autores vêm mostrando que o relacionamento do jovem com as instituições se configura como uma não-relação, um distanciamento sintomático da mudança de paradigma de

comportamento social e político dos jovens (ISLAS, 2002) que não é compreendido pelas gerações mais velhas, que elaboram as políticas para o segmento como originais e únicas. Partindo de pressupostos da tradição, como necessidade natural da sociedade, as instituições públicas cada vez menos conseguem envolvê-los ou dar-lhes alternativas sociais convincentes ou receber suas expressões autênticas de forma espontânea e continuada.

O exemplo da escola nos mostra que a socialização dos jovens encontra limites. No seu papel mimético, compromissada com o arbitrário cultural dominante (BOURDIEU, 1998), passa, somente em condições bem restritas, por alternativas político-pedagógicas geradoras da autonomia juvenil no seu interior, tornando ausentes o cenário vivo das interações contemporâneas (SOUSA e DURAND, 2002, p. 165). Nas instituições modernas, os jovens adquirem um status de indefinição e de subordinação – ali são preparados, são formados, são castigados, fazem-nos refluir e, poucas vezes, são reconhecidos como outro. Apenas vistos com potencialidades para o futuro e não para o presente, vivem um estranhamento que, num primeiro momento, se configura como uma negação para depois ser ressignificação e reapropriação. “Somente quando os jovens são “problema”, pensa-se neles, na maioria das vezes, no sentido comum, e menos como informação exata e próxima sobre o que pensam e sentem na realidade” (ISLAS, 2002, p. 126-7).

Uma outra contradição ocorre, quando a institucionalidade não só oferece ao jovem um caminho que já não pode recorrer para incorporar a vida adulta, mas também lhe oferece uma rotina que lhe proporciona um objeto alheio e acabado, com o qual ele não tem nada a ver, não se sente identificado, não se vê interpelado. O jovem, assim, não se reconhece no outro (o adulto) e, portanto, busca identificar-se com outros, que na maioria das vezes são seus próprios pares ou são os meios de difusão de massa (ISLAS, 2002).

Se contextualizarmos, na história do jovem na América Latina, a trajetória das instituições com relação a ele, ainda que consideremos que é na modernidade que ele assume o status de sujeito de direitos, perceberemos um fosso profundo entre os interesses geracionais, quando os modelos sociais afastaram a presença social juvenil de forma calculada e planejada. Nas décadas de 1960-70,

prevaleceu o modelo de controle social de interdição das atividades políticas decorrentes das crescentes mobilizações juvenis, basicamente estudantis, que, por sua vez, influenciaram a formação de agrupamentos políticos vinculados ao pensamento de esquerda.

Nos anos 1980, tentou-se compensar o grande fosso e os prejuízos sociais que os governos militares das sociedades latino-americanas cavaram com políticas de orientações apresentadas em dois aspectos comuns: aquelas concebidas como mecanismos para prevenção de delitos, e as instrumentalizadas por instituições distintas das instâncias responsáveis dos programas para jovens, mostrando a realidade débil dos organismos dedicados especialmente à juventude (ISLAS, 2002).

A década de 1990 firmou-se na mudança produtiva, e no Brasil essa tendência teve como suportes o processo de ajuste estrutural e reestruturação produtiva do sistema capitalista e a reforma do Estado, alterando as prioridades nas políticas sociais, agora enfocadas sob nova perspectiva. Embora de configuração bastante mais complexa do que este espaço nos permite apresentar, a síntese de seus propósitos reside na prevalência do desenvolvimento econômico com relação ao desenvolvimento social em práticas que passam a considerar o segundo subproduto do primeiro, desencadeando profundas mudanças culturais e de comportamento dos diferentes segmentos sociais.

A repercussão desse quadro ocorre em todas as suas esferas: despolíticação da questão social, que passa a ser dissociada da questão da injustiça e das desigualdades sociais, e da própria esfera pública, que é reduzida à questão da pobreza; subordinação do desenvolvimento e das políticas sociais aos ditames absolutos da economia; adoção de uma concepção residual que retira o caráter universal das políticas sociais; fragmentação social, que impossibilita a proposição de projetos articulados e que tenham um sentido político de um programa aplicado aos diferentes setores da sociedade; privatização dos espaços sociais e declínio da participação política, que afeta principalmente a crença na esfera pública institucional (CARVALHO, 2002, p.140-142).

Nesta mesma década, superando o estilo reativo dos anos anteriores, portanto, a preocupação central com os jovens foi in-

corporar os “excluídos” do mercado de trabalho formal. A capacitação em períodos curtos e vinculados às necessidades de empresas específicas foi a solução aplicada às novas gerações, para reproduzir uma concepção fragmentada da vida social, na qual os problemas sociais passam a ser enfrentados através de programas setoriais, emergenciais e focados. Uma parte da juventude se torna supérflua para as políticas focadas e não universais. A juventude tem sido, desde então, objeto (e apenas objeto) de atenção localizada e considerada como um dos segmentos “mais vulneráveis”, nos quais políticas compensatórias são consideradas o recurso para alívio do desconforto causado pela visível contradição entre o discurso teórico e ideológico de “inclusão social” dos jovens e a sua efetivação. Os curtos períodos de duração dos programas, a falta de acompanhamento, e a continuidade da assistência e orientação aos jovens comprometem os resultados das políticas públicas de juventude, devido ao seu curto alcance (CARVALHO, 2004). Segundo esta última autora, a visão adultocêntrica sobre a juventude, na sua implementação de políticas institucionais, ignora o jovem, não ouve seus anseios, silenciamentos, inquietudes e motivações.

Assim, o jovem é tratado como um bloco homogêneo, ao mesmo tempo em que é abordado seletivamente com as políticas sociais restritivas, com características padronizadas, sendo alvo de uma aplicação mimética de medidas sociais, como portador de uma “vulnerabilidade” e “exclusão” indistintas. É no contexto dessas relações conjunturais e históricas, envolvendo a dinâmica social, econômica e cultural, que podemos analisar as atuais manifestações políticas de jovens no Brasil e na França, pois a lógica decorrente deste esboço acima se apresenta em fragmentos de uma sociabilidade que é recusada nos espaços de contestação juvenil.

Uma nova sociabilidade está formulada a partir deste quadro, em que a crítica às instituições se filiam à tradição da contestação histórica dos jovens, agora ampliada no horizonte informativo da indústria cultural. Articulada nas dimensões local/global, engendra uma lógica, aparentemente contraditória, mas coerente com o contexto da modernidade técnica que impacta a vida prática das pessoas, no caso, os jovens.

Na França, no Brasil, de que amanhã as gerações estão falando?

Um exemplo vivo das contestações dos jovens contemporâneos contra as políticas institucionais das gerações mais velhas se faz presente nas manifestações políticas, tanto na Europa quanto na A. Latina. Mostrando-se como agente revitalizador (MANNHEIM, 1972) das relações sociais, os jovens franceses e brasileiros revelam-se contemporâneos do novo processo cultural que parece emergir com a entrada no novo século.

Refiro-me às grandes manifestações dos estudantes franceses contra a lei trabalhista de orientação econômica neoliberal, que prevê contratações de jovens de 18 a 26 anos sem garantias de direitos, por meio de recursos como estágios de experiência e demissões imprevistas, o que atinge a grande massa que reúne jovens desempregados, descendentes de imigrantes, dos bairros pobres e das classes médias com descontentamentos comuns. E também as grandes mobilizações de estudantes brasileiros contra o sistema de transporte público, que reuniram em 2004 e 2005 milhares de jovens nas ruas de várias capitais e cidades, pressionando as prefeituras municipais contra o reajuste ou valor das passagens de ônibus, num Movimento pelo Passe Livre, mobilização esta iniciada em Salvador (BA) e Florianópolis (SC).

Ambas, as mobilizações conciliaram adesão, radicalidade e organização política; na França radicalizada, houve “[...] a rejeição de toda e qualquer recuperação política, mesmo aquela que preciniza a decapitada esquerda francesa [...] rejeição em bloco sem precedentes dos regimes de esquerda ou direita [...] com avanço nas suas reivindicações e formas de organização” (MACHADO PINTO, 2006, p. 4). No Brasil, o movimento diferenciou-se “[...] com processo decisório horizontalizado e consciência social que se desdobrou com o envolvimento e simpatia crescente da população pelo movimento, negociação e articulação das forças democráticas institucionais” (LIBERATO, 2005, p. 29). Segundo Mannheim (1982, p. 78), essa juventude vive a sua “modernidade” por estar mais próxima dos problemas atuais, resultado de seus “contatos poten-

cialmente originais”, anteriormente discutidos, e pelo fato de ela estar dramaticamente consciente de um processo de desestabilização, cujos resultados não são tão fáceis de serem obtidos.

Desta forma, ainda que esta juventude política esteja tomada pela resolução dos problemas do presente, está, também, se apresentando a negação da institucionalidade que deu origem a seus problemas, no caso, a recusa dos valores, formas e certezas das gerações mais velhas que, por tudo isso, se agarra à reorientação que foi o drama de sua juventude (MANNHEIM, 1982).

Nestas manifestações, eles estão a indicar que as instituições democráticas não são mais o espaço de participação das pessoas, mas existem para o controle político delas. E denunciam que, juntos, os programas focalizados, que instituem os direitos como benefício público, estão longe de realizar a democracia, porque impõem um limite ao pensamento daqueles que se supõem sejam beneficiários.

Sem a pretensão de equalizar o nível das manifestações que guardam suas especificidade, mas com a intenção de estabelecer uma visão aproximativa dos pontos comuns, pode-se dizer que ambos os movimentos se colocam fora da lógica institucional e geracional: (1) seus membros dialogam com representantes institucionais via partidos ou outras entidades, mas não estão envolvidos com eles; (2) recorrem às instâncias de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), mas não se limitam à obediência a eles, como pode ser testemunhado nos episódios de negociações de ambos os movimentos; (3) se apropriaram da cidade a seu modo e ganharam a adesão do conjunto da população que vê na juventude a expressão de suas insatisfações; (4) manifestam que as questões pelas quais estão lutando não são de exclusividade do seu grupo social, mas do conjunto da população.

O que parece se evidenciar nesta movimentação dos jovens contemporâneos é um quadro que questiona as políticas sociais com relação aos problemas que lhes dizem respeito diretamente, mesmo que sejam relacionados, também, à sociedade no seu conjunto, como crítica à estrutura de poder que elabora as próprias políticas.

A leitura geracional que as juventudes brasileira e francesa fizeram do cenário urbano expressa na revolta contra a distribuição dos recursos sociais, contra a política de emprego e contra a política de transporte coletivo não se resume a elas como fenômeno instaurado. Com seus movimentos ousados, trouxeram à tona o quanto a vida funcional das pessoas na cidade é movida integradamente, o quanto um simples equipamento urbano, por exemplo, facilita ou prejudica a realização de interesses e necessidades de cada cidadão e o quanto é preciso localizar na críticas das novas gerações a perspectiva do futuro da sociedade.

Para os jovens, certamente, esse futuro não está na proteção ao capital, transformando-os numa mera mão-de-obra dispensável e o transporte, outras condições de vida e acesso à cultura nas mais lucrativas mercadorias. Segundo as palavras de um manifestante francês, os jovens querem uma lei “não para proteger o capital, mas a juventude”. Esta relação, quando mediada pelo Estado, o coloca em questão. Os jovens do MPL, também, não querem um Estado protetor do transporte público como capital, como negócio para alguns, mas sim como direito para a juventude estudantil e trabalhadores desempregados. Os Estados no Brasil e na França, nestes termos, são distinções de um mesmo conceito, quando protegem o capital de uma geração possuidora de outra geração não possuidora.

O caráter imediato da bandeira do Movimento pelo Passe Livre esteve na luta pela liberação da tarifa que significaria dar acesso à escola para quem não tem condições de pagar o deslocamento até o local de estudo³. O ônibus foi proposto como fator de acesso à educação. A feição de insurgência das ações nos bair-

³ Em Santa Catarina, há uma demanda grande pelo Ensino Médio, estimulada inclusive pelo discurso governamental, que reconhece a escola como caminho para a realização pessoal. A realidade dos bairros na grande Florianópolis mostra que muitos são os alunos que terminam o Ensino Fundamental e não têm dinheiro para cursar o Ensino Médio, pois a rede pública de ensino não cobre os bairros, não há uma descentralização da sua implantação (bem como de outros serviços como saúde e segurança), o que faz com que os estudantes tenham que se locomover no sentido bairro-centro/bairro-bairro.

ros e comunidades tomou características fora do controle territorial das organizações políticas institucionalizadas e transitou alheia à estrutura do poder, numa multiplicidade de iniciativas incorporadas por pequenas redes difusas e informais de organização. Nesse caso em análise, os jovens souberam fazer a síntese da insatisfação popular e mostraram como uma política social concebida no gabinete ascético da burocracia transmuta-se na crítica de uma manifestação das ruas. A compreensão da institucionalidade da geração mais velha expressou-se na criminalização do movimento, no tratamento do jovem contestador como delinquente.

No caso dos jovens franceses, a defesa do código do trabalho foi a forma de defender leis que garantam a igualdade social demonstrada como expectativa na unidade entre diferentes classes e segmentos sociais – os jovens da periferia e os jovens dos liceus que se manifestavam de formas diferentes, nas quais a irreverência e o protesto agressivo andavam juntos (MACHADO PINTO, 2006, p. 5). Segundo o autor, o que estava em questão entre eles era a mesma problemática, a do futuro.

Ao recusar os vínculos e métodos de ação políticos e culturais tradicionais, e ao recusarem conscientemente os pressupostos das políticas decorrentes de uma visão de sociedade que se coloca como certeza diante do mundo, os jovens brasileiros e franceses apontam elementos que mostram o baixo poder convocatório da política institucional herdada da cultura política de uma geração anterior.

Esta é uma questão que leva a pensar que as novas linguagens assumidas pelas novas gerações, no âmbito das manifestações de seus signos políticos, explicitam um conjunto qualitativo de simbologias visuais e lingüísticas muito diferentes das gerações anteriores. Mesmo consideradas desdobramentos próprios de uma época em que o peso da tecnologia é grande, as contestações não podem ser explicadas em si mesmas. Pelo contrário, devem ser relacionadas como transformações de base material e histórica de uma sociedade que, constantemente, se reafirma sem considerar que os membros de qualquer uma das suas gerações apenas participam temporal e limitadamente dos fatos, que a transmissão da cultura conta sempre com o

surgimento de novos participantes no processo e que serão atores sobre uma realidade reinterpretada.

Portanto, o pensamento insubmisso dos jovens contemporâneos se faz presente menos como um atributo identitário de um grupo, e mais como resposta decorrente da experiência coletiva diante das questões e soluções sociais e geracionais colocadas, e que exigem respostas políticas a partir da sua experiência social.

O que temos diante dos exemplos recentes que mobilizam milhares de jovens na França contra as políticas neoliberais aplicadas sob a forma de desregulamentação e flexibilização dos contratos de trabalho; que mobilizam centenas de jovens no Brasil contra o sistema público de transporte em muitas capitais, é que os militantes dialogam com as autoridades, mas não colocam este diálogo como o limite de suas ações e objetivos. Agem a partir da sua pauta política, que tem um sentido emancipatório. Outro aspecto que chama a atenção, no caso dos jovens brasileiros, na forma de se articularem, é que procuram uma combinação entre formas organizativas num potencial de contestação a uma injustiça distributiva que não se politiza se não for organizada numa linguagem, numa polifonia dialógica entre a organização e a população, no reconhecimento das suas necessidades sociais como necessidades políticas. Portanto, trata-se de entendermos estes movimentos juvenis no quadro de um *gesto revolucionário de uma geração* cujo horizonte não se limita ao das instituições. Esta tem sido a fonte e a novidade do seu poder político.

Sobre o dossiê

O conjunto de artigos deste dossiê fala de jovens pertencentes a grupos dentro da mesma geração real, de segmentos de classe diferenciados e que manifestam suas experiências sociais de diferentes formas. Nesse sentido, são abordados: a constituição de uma Sociologia da juventude contemporânea; o estágio dos debates sobre as políticas sociais para o segmento, como um campo de conflitos que exige um desenho institucional que supere a superficialidade dos programas vigentes; suas participações políticas e contestações sociais desconstrutivas (DERRIDA e

ROUDINESCO, 2004, p. 63); os seus excessos, situações e aspectos manifestos diante do inventário cultural a que estão sujeitos, incluindo um olhar sobre a violência como sociabilidade inevitável a se impor no cotidiano de grande parte dos jovens contemporâneos. No subtítulo Projetos/ experiência/ intervenções, é apresentado um projeto voltado para a resignificação da experiência juvenil na sua relação com a vida urbana.

Abre o dossiê o artigo das professoras Ana Luisa Fayet Sallas e Maria Tarcisa Silva Bega atualizando o leitor sobre os marcos teóricos e os estudos empíricos produzidos no final dos anos 1990. No período, os temas juventude, violência e cidadania foram abordados por pesquisadores que realizaram investigações em diferentes cidades do Brasil, com apoio da Unesco em diversas capitais do País (Fortaleza, Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba). Comparando a produção acadêmica e a dos grandes organismos internacionais, as autoras concluem sobre a diversidade de abordagem conceitual conforme a área de origem dos profissionais que se dedicam ao tema e questionam a tendência normatizadora presente em parte dos estudos. Apontando as possibilidades de avançar na construção do objeto a partir da Sociologia de Erving Goffman, Pierre Bourdieu e Norbert Elias, discutem o alcance dos seus conceitos de *estigma*, *anomia*, *identidade e habitus*, e ainda, do modelo *estabelecidos e outsiders*, com os quais trabalham, respectivamente, preocupadas com a constituição de uma epistemologia da Sociologia da Juventude que “[...] dê conta das diferentes formas de sociabilidade juvenil, e que ao mesmo tempo amplie a possibilidade de compreensão destes atores para além da grande temática da violência e da cidadania em que foram enquadrados”.

O artigo de Augusto Caccia-Bava problematiza as políticas de segurança para as juventudes como aspecto central das políticas públicas locais na América-Latina. Sob o ponto de vista crítico às políticas focais ou localizadas para a juventude, questiona seus fundamentos, considerando sua concepção de Estado e ação política como “extensão de uma filosofia política da desigualdade” e indaga sobre sua superação. Revendo as iniciativas governamentais e de pesquisas relacionadas a um diagnóstico da violência na América Latina, registra os limites dos trabalhos na área e busca

refletir sobre as premissas de segurança pública local para a região. Problematisa o surgimento de fóruns e encontros sobre segurança urbana e democracia como manifestações voltadas para a construção de políticas públicas para a juventude de prevenção, multiplicação de serviços e redução de risco. Aponta, ainda, resultados de pesquisas nacionais a partir desses parâmetros, tendo em vista sua pertinência aos jovens e projetos apresentados. O autor finaliza o texto apresentando premissas para a formulação de políticas públicas nas cidades brasileiras.

Luiz Antonio Groppo faz uma comparação entre o movimento estudantil de 1968 e a rebelião dos jovens dos subúrbios franceses em outubro e novembro de 2005, acontecimentos que envolvem fatos marcados pela condição juvenil de atores de classes sociais e anseios diferentes envolvidos. Relacionando o caráter de “libertação” dos acontecimentos de 1968 e de “igualdade”, em 2005, o autor critica as análises que levam em conta interpretações dos acontecimentos como “revolta étnica” e “luta pelo reconhecimento da diferença”, bem como a do motim urbano e da delinquência juvenil. As argumentações analíticas apresentadas levam à interpretação da revolta de 2005 como contestações dos jovens filhos e netos oriundos de famílias de imigrantes, que já se consideram cidadãos franceses, contra o Estado, cujas políticas sociais restritivas reforçam o tratamento desigual disposto a essas populações.

O artigo de Marlúcia Valéria Passos apresenta os resultados da investigação de um dos três grupos juvenis analisados em sua tese de doutorado que discute a identidade juvenil na modernidade brasileira. Observando sistematicamente o relacionamento on-line e off-line de participantes do grupo, expõe um trabalho de campo detalhado resultante de um mergulho no cotidiano de uma geração que tem na tecnologia a mediação de seus vínculos sociais. Vivendo um nível de risco e aventuras, manifestando um comportamento autoritário, agressivo e violento dirigido aos seus próprios membros e às demais pessoas com as quais interagem, os jovens adotam um agir abusivo, segundo a autora, discordando da explicação biologista que “se contenta com a explicação apenas numa certa ‘revolução

hormonal””, ou do reducionismo sociológico que explica o comportamento transgressor no mero conflito de gerações como característicos da fase juvenil. A configuração de uma cultura do excesso é atribuída à diluição das instituições normativas – como família, escola, território – e à fluidez que caracteriza aspectos do cotidiano dos jovens analisados – como a alimentação, o vestuário, o lazer, a virtualidade.

Pedro Nuñez, em seu artigo, problematiza a relação juventude-violência, debatendo o contexto da violência que acompanha o surgimento da categoria e seu desenvolvimento na Argentina. Questionando sua lógica implícita, propõe a análise da violência sob a denominação de “solução autoritária”, esta última legitimada e posta em prática a partir do seu reconhecimento entre os diferentes atores sociais envolvidos. O autor contextualiza a discussão, refletindo sobre um trabalho de campo realizado numa cidade do interior da Província de Buenos Aires, durante a implementação de um programa de segurança pública denominado Patrulhas Urbanas.

O texto “A arte de fazer Enxame: experiências de resignificação juvenil na cidade”, de Glória Diógenes, apresenta e analisa o trabalho do Projeto Enxame, sob sua coordenação, junto a grupos de jovens denominados rebeldes, transgressores da periferia de Fortaleza. Partindo da sua experiência junto a organizações não-governamentais e governamentais no campo de intervenções sobre as práticas de transgressão e delinquência juvenil, o objetivo da proposta foi atuar, produzir e ampliar códigos culturais, e possibilitar novas estratégias de inserção social. O projeto apoiou-se na idéia de que a arte da comunicação visual, através dos suportes materiais da memória (cidade e corpo), “pode ser considerada o campo por excelência de expressão e resignificação de códigos da violência”, o que deu suporte para a organização de uma série de “oficinas de imagens” dentro e fora do espaço relativo à sede do Projeto Enxame. O relato dá uma dimensão de uma intervenção criativa e original junto a uma geração de jovens que têm na violência uma mediação que lhes incapacita de absorver os bens culturais na sua riqueza de situações e conteúdos, e se refere a um dos momentos do Projeto

Enxame na cidade, com sua estratégia arte-educativa de ocupação de espaços usuais dos trajetos juvenis, seguindo pistas de “sentidos partilhados sobre a cidade” para provocar “novos olhares e novas formas de ocupação do espaço”. O trajeto ocorre numa área de concentração estudantil universitária considerado inacessível e distante da expectativa de futuro da maior parte da juventude que mora nas periferias da capital do Ceará.

Referências bibliográficas

- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a Sociologia da Juventude. São Paulo. **Revista Tempo Social**, vol.17, n.2, nov. 2005, p. 1-4.
- BALANDIER, Georges. **Antropo-lógicas**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CARVALHO, Giane. **A corda bamba: violência juvenil e políticas públicas**. 2004. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Brasil: reestruturação produtiva e condições sociais. **Caderno CRH – Estado em Transformação**, nº.1, Salvador, 2002. p. 127-149.
- DERRIDA, Jacques e ROUDINESCO. De que amanhã... diálogo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- ECHEVARRÍA, José Medina. A juventude latino-americana como campo de pesquisa social. In: BRITO, S. **Sociologia da Juventude I. Da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.183-200.
- FEIXA, Carlos et alii. **Movimientos juveniles de la globalización a la antiglobalización**. Barcelona: Ariel, 2002.
- FERRER, Christian (Org.). **El lenguaje libertário: antología del pensamiento anarquista contemporáneo**. Buenos Aires: Altamira, 1999.
- ISLAS, José Antonio Pérez. Integrados, movilizandos, excluidos. Políticas de juventud en América Latina. In: FEIXA, Carlos et alii. **Movimientos juveniles en América Latina**. Barcelona: Ariel, 2002, p. 123-48.

LIBERATO, L. V. Maia. **Pouco além do consumo**: um breve exercício teórico sobre o anticapitalismo contemporâneo. Mimeo, Workshop, PPGSP - UFSC, 2003.

_____. **A guerra da tarifa**. São Paulo: Fafsa, 2005.

LÜCHMANN, Lígia e SOUSA, Janice Tirelli Ponte. Geração, democracia e globalização: faces e interfaces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXVI, n.84, novembro de 2005, p. 91-117.

MANNHEIM, Karl. A função das novas gerações. In: PEREIRA, L. e FORACCHI, Marialice. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977, p. 91-97.

MANNHEIM, Karl. O impacto dos processos sociais na formação da personalidade. In: CARDOSO, F. e IANNI, O. **Homem e sociedade**: leituras básicas de Sociologia Geral. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1972, p. 285-303.

MANNHEIM, Karl: **Sociologia**/ organizadores Marialice Foracchi. (coletânea). São Paulo: Ática, 1982.

MARGULIS, Mario. **La juventud es más que una palabra**: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996.

NEGT, Oskar e KLUGE, Alexander. **O que há de político na política**. São Paulo: Unesp, 1999.

SOUSA, Janice Tirelli P. e DURAND, Olga. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. **Revista Perspectiva**, p. 163-182.

SOUSA, Janice Tirelli P. **Reinvenções da utopia**: a militância política de jovens nos anos 1990. São Paulo: Hacker/ Fapesp, 1999.

_____. Las rebeliones juveniles y las nuevas narrativas políticas - Identidad y nueva coletividad. **Revista de Estudios sobre Juventud**. México: Instituto Mexicano de la Juventud, Año 9, n.22, jan-jun, 2005, p. 80-111.

_____. Os jovens, as políticas sociais e a formação educativa. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Ed. UFSC, n.26, p.52-80, outubro, 1999.

TOLSTÓI, Leon. **A insubmissão**. São Paulo: Imaginário/ Tesão Casa da Soma, 1998.

URRESTI, Marcelo. Paradigmas de participación juvenil: um balance histórico. In: BALARDINI, Sergio. **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: Clasco, 2000, p. 177-205.

PINTO, Fabio Machado. Mãos sujas: a beleza está nas ruas. **Boletim da Apufsc** - Associação dos Professores da Universidade Federal de Sta. Catarina. 10 de abril de 2006.